

A ORGANIZAÇÃO DE SIMULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS POR ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO: DE DESAFIOS METODOLÓGICOS A EXPERIÊNCIAS EMANCIPATÓRIAS

THE DEVELOPMENT OF A MODEL UNITED NATIONS BY HIGH SCHOOL STUDENTS: FROM METHODOLOGICAL CHALLENGES TO EMANCIPATION EXPERIENCES

*Roberta dos Reis Neuhold*¹ | *Romero Assis de Oliveira*² | *Rafaela da Silva Andreoli*³ |
*Isadora Horst Bitencourt*⁴ | *Victória Leal Altmayer Silva*⁵

Resumo O Modelo das Nações Unidas (MUN) é reconhecido por seu caráter interdisciplinar e dinâmico, fazendo uso de estratégias que tornam o ambiente escolar propício à educação emancipadora. Consiste em atividades extracurriculares que promovem simulações de reuniões, cúpulas e assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em alguns casos, de diferentes organismos internacionais e/ou nacionais. Nesses exercícios, estudantes do ensino secundário ou superior representam Estados-membros da ONU, parlamentares, jornalistas, entre outros atores, em debates voltados para a formulação de agendas políticas em torno de problemáticas globais ou regionais. Este artigo recorre à experiência de um projeto inspirado no MUN para apresentar aspectos metodológicos do processo de construção de

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Osório, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-1094-2398> ; roberta.neuhold@alumni.usp.br

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-0700-4720> ; romero.assis@ufrgs.br

3 Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-2892-1747> ; rafasandreoli@gmail.com

4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Osório, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-9072-1244> ; isadorabitencourt1311@gmail.com

5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Osório, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-1365-1251> ; victoryaleal.osorio@gmail.com

simulações em uma instituição pública de educação profissional e tecnológica brasileira. Para tanto, contextualiza o projeto no âmbito do ensino secundário, seu histórico de criação, dinâmica, estratégias e desdobramentos, sem perder de vista seu caráter educativo. Nos resultados, discute o potencial do MUN para a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de habilidades de leitura, de escrita e de oratória, e, sobretudo, para o fomento de práticas de educação para a democracia.

Palavras-chave Modelo das Nações Unidas. Ensino Secundário. Direitos Humanos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Abstract The Model United Nations (MUN) is increasingly known for its importance in human rights education. It consists of activities that students in high school and college can learn about the manner in which the United Nations operate their programmes, councils, courts and specialized agencies through diplomacy's simulations, among others, in addition to variations that include the representation of other international organizations or nationals. This paper reports the experience of a teaching project inspired by MUN, developed at the Instituto Federal do Rio Grande do Sul. We present the insertion of IFMUNDi in high school integrated with the vocational teaching, its history of creation, its theoretical-methodological strategies and developments, without losing sight of its educational character. Among the results, the potential of these MUNs in the articulation between theory and practice, in the development of reading, writing and oratory skills, and, above all, in education for democracy, is discussed.

Keywords Model United Nations. High school. Human Rights. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1. Introdução

Focado em debates e na construção de agendas políticas (ainda que na forma de ensaio), o Modelo das Nações Unidas é uma atividade extracurricular que pode fortalecer os vínculos de cooperação entre os estudantes e desafiá-los a pensar alternativas de enfrentamento de problemas políticos, sociais e econômicos (Martins, Costa & Palhares, 2018; Neuhold *et al.*, 2021). Conhecido pela sigla MUN (do inglês Model United Nations), consiste, no geral, em exercícios escolares ou acadêmicos de

simulação de sessões, encontros, cúpulas e conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) (Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2020) e de outros organismos nacionais ou internacionais (Neuhold *et al.*, 2021).

Uma das peculiaridades do MUN advém do fato de ter sido criado e, historicamente, protagonizado por estudantes, tanto nas etapas de planejamento quanto nas de execução. É nesse sentido que se utiliza o termo “protagonismo” no presente trabalho: para remeter ao papel de destaque assumido pelos estudantes em exercícios com o potencial de formar sujeitos críticos e autônomos, sem negar o diálogo tão bem sublinhado por Arendt (2001) entre as velhas e as novas gerações. Esse protagonismo juvenil não se confunde com formas individualizantes de intervenção (Bauman, 2001), nem com o ativismo privado que anula a participação política e democrática ao invés de promovê-la (Souza, 2006), práticas difundidas pelas políticas neoliberais (Fielding, 2018). Também desvia das armadilhas do que Aquino e Boto (2019) denominam “novo-antigo imperativo” da inovação pedagógica, em cujo cerne se encontra, de um lado, a visão caricata de uma educação tradicional que deve ser banida da escola e, de outro, a crença em uma virtude intrínseca a toda sorte de práticas ditas inovadoras. Noutros termos, o protagonismo juvenil remete, neste artigo, a atividades que ensaiam, na escola, a vivência da democracia em arenas políticas nacionais e internacionais, na perspectiva relacional sugerida por Apple (2017) de identificar as relações de poder e as contradições das sociedades e das instituições.

Um século depois de promovidas as primeiras simulações de organismos internacionais, ainda são notoriamente escassos os estudos sobre as configurações que o MUN tem assumido em suas versões contemporâneas, bem como sobre seus impactos no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que diz respeito à educação para a democracia. Por isso, tornam-se tão necessários os relatos de experiências e reflexões sobre a organização e os desdobramentos dessas atividades, no sentido de ampliar as fontes para análises mais substantivas. Este é o modesto objetivo deste trabalho, no qual se apresenta a experiência de exercícios de simulação inspirados no MUN, desenvolvidos no âmbito do ensino secundário integrado com o ensino técnico-profissional⁶, de uma instituição educativa pública brasileira.

6 Denominado, no Brasil, “ensino médio integrado com o técnico”. Para entender esse nível e modalidade de ensino, ver Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Inicialmente, o artigo contextualiza a formação do MUN para, em seguida, relatar o caso de um projeto de ensino que promove simulações de organismos internacionais e nacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Como será visto, a cada ano são promovidas simulações sobre temas complexos, ainda mais quando estes são abordados sob o prisma de interesses e perspectivas diversos e, muitas vezes, conflituosos dos mais variados Estados-membros da ONU ou de partidos políticos nacionais. Redigido pela equipe que organizou o projeto no ano de 2019 (tendo, entre seus autores, estudantes secundaristas e egressos cursando o ensino superior, bem como uma professora), este trabalho foca em aspectos metodológicos presentes na organização de simulações, sem a pretensão de relatar minuciosamente os desdobramentos e o conteúdo de cada um dos exercícios, tampouco de construir análises com maior profundidade.

2. Os Modelos das Nações Unidas

As origens do MUN remetem às simulações de encontros da Liga das Nações no Reino Unido – com a Oxford International Assembly, cujas primeiras sessões datam de 1921 – e nos Estados Unidos – com a Harvard International Assembly, de 1922 (Wisemee, s.d.). Fundado em 1998, o Americas Model United Nations, da Universidade de Brasília, autointitula-se como o precursor, na América Latina (Universidade de Brasília, 2019), de um exercício já popular em outros países, mas que ganhou projeção no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. À época, os cursos de Relações Internacionais encontravam-se em expansão (Fundação Alexandre Gusmão, s.d.) e implementava-se o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Martins, Costa & Palhares, 2018; Unesco, 2006).

No Brasil, há uma série de atividades que se autodenominam MUN ou que se inspiram neles. Nas universidades, é comum a existência de simulações organizadas por estudantes de Relações Internacionais e áreas afins (como o Direito Internacional) e direcionadas a graduandos e a pós-graduandos. Tais exercícios podem ser internos (voltados apenas para os alunos da própria instituição) ou externos (abertos para o público em geral) (Neuhold & Bitencourt, 2021). Algumas universidades também realizam exercícios cujo público-alvo são estudantes do ensino secundário.

Nas simulações, estudantes do ensino secundário e/ou superior se inscrevem como delegados para representar interesses de um Estado-membro da ONU em fóruns como a Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Segurança. Outros atores fazem parte das simulações, tais como a mesa diretora (que atua na mediação das sessões), jornalistas (que registram e noticiam os acontecimentos) e demais agentes que podem encenar, por exemplo, a sociedade civil. Ao atuarem no planejamento, na mediação, na sistematização das discussões, na cobertura dos eventos e nas delegações, os estudantes têm a oportunidade de participar de espaços de debate, bem como da elaboração de agendas em torno de temáticas como direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, justiça social etc. Estabelecem, ainda, interlocuções entre conceitos e teorias, por um lado, e práticas de negociação e diplomacia, por outro.

Em suma, tais exercícios fomentam, entre os estudantes, a experiência de construir e desconstruir argumentos, tomar decisões e participar da criação de agendas políticas como se estivessem no lugar, por exemplo, de um chefe de Estado ou de um parlamentar. Por parte daqueles que participam da organização das simulações, a experiência torna-se ainda mais ampla à medida que atuam ativamente no planejamento, na pesquisa, na redação de materiais, na divulgação e na mediação dos exercícios.

3. Uma experiência inspirada no MUN

A ideia de implementar um projeto inspirado no Modelo das Nações Unidas nasceu da vivência de um grupo de estudantes e docentes nas simulações externas promovidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os aprendizados e os materiais disponibilizados inspiraram a estruturação de um projeto de ensino⁷ no *campus* Osório do IFRS.

7 Os projetos de ensino, no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, abarcam propostas de servidores (professores ou técnicos) que contem, necessariamente, com estudantes (bolsistas ou voluntários) em sua equipe de execução e que promovam a “melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem” (IFRS, 2018) por meio da integração entre componentes curriculares, da inclusão de inovações ou do desenvolvimento de recursos e materiais para subsidiar práticas pedagógicas. Anualmente, é aberto um edital interno para concessão de bolsas por um período de até 10 meses, para os projetos de ensino aprovados por uma comissão interna de cada *campus*. Ressalta-se que, embora as simulações durem, em média, dois dias, o projeto se estende ao longo de vários meses, período durante o qual tanto são desenvolvidas atividades formativas quanto é viabilizada a organização das simulações.

Denominado “IFMUNDi: promovendo debates, produzindo conhecimento”, o projeto foi inaugurado em 2017 com a discussão de uma problemática global – a qualidade da educação básica – e outra local – a exploração animal em rodeios. Ali, já havia um modelo de “Guia de regras” e de “Guia de estudos”, materiais que compilam as normas, as condutas e as problematizações relativas ao tema, como será detalhado em uma seção específica deste trabalho. Ainda na primeira edição, o Senado brasileiro foi simulado em uma plenária sobre a descriminalização das drogas. A segunda edição, em 2018, trouxe as problemáticas da saúde mental no século XXI para a Organização Mundial da Saúde e os movimentos separatistas da região Sul no Brasil para uma sessão local. Já na terceira edição do IFMUNDi, de 2019, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Senado brasileiro estruturaram os debates, respectivamente, sobre os desafios para a implementação de energias renováveis e sobre o sistema carcerário brasileiro (Figura 1).

Figura 1. Linha do tempo do projeto (IFMUNDi, 2017 a 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

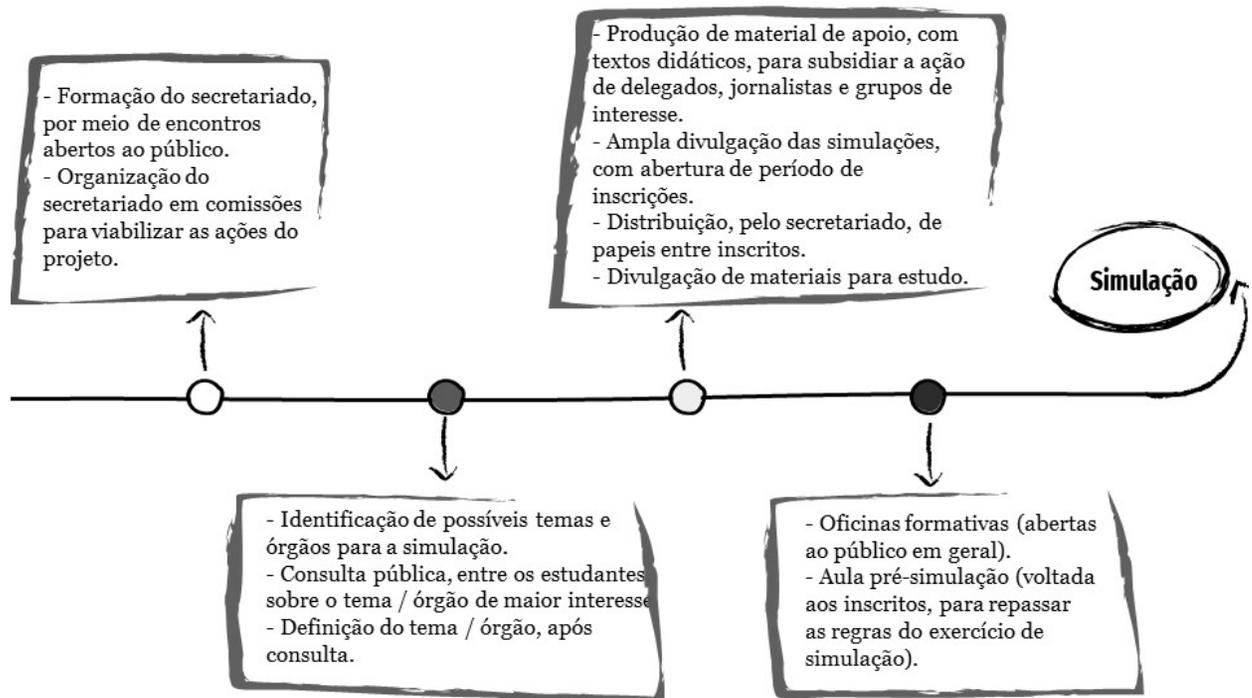
A terceira edição do IFMUNdi foi organizada por um “secretariado” (como é chamada a equipe executora) coordenado por professoras da área de Ciências Sociais e de Direito, três estudantes bolsistas e quatro voluntários. Por um lado, essa edição manteve a estrutura das anteriores: um fórum de debates com tópicos voltados para questões da geopolítica global e outro direcionado à problematização de questões jurídicas, econômicas e sociais da realidade brasileira. Por outro lado, ampliou as atividades formativas, com a constituição dos Comitês de Estudos Estratégicos. No mais, a agência de comunicação, que até então funcionava como um órgão único, foi pulverizada em jornais, portais ou redes de TV específicos (representando países, regiões ou mesmo veículos de comunicação diferentes). É a essa edição de 2019 que este texto se reporta para apresentar a experiência dos exercícios de simulação no ensino secundário.

Antes de continuar, porém, convém pontuar brevemente a especificidade dos Institutos Federais no que diz respeito à arquitetura institucional (que articula ensino, pesquisa e extensão com o desenvolvimento territorial) e à oferta educativa (abrangendo desde cursos técnicos, no geral integrados com o ensino secundário, até cursos do ensino superior e de pós-graduação, todos públicos e gratuitos) (Brasil, 2008; Pacheco, 2010). No contexto dos Institutos Federais, em cujas finalidades e objetivos sobressai o compromisso das atividades acadêmicas com os arranjos culturais, sociais e produtivos locais (Neuhold & Pozzer, 2022), os MUN tornam-se um exercício ainda mais potente para diagnosticar problemas, traçar alternativas (no campo político, científico e cultural) e formar sujeitos que se reconheçam como agentes de mudança da realidade local (Neuhold & Bitencourt, 2021).

3.1. Do planejamento ao exercício de simulação

Uma série de ações antecede os exercícios de simulação, conforme ilustrado na linha do tempo das ações do projeto (Figura 2). Precedem essas ações a elaboração e a submissão do projeto ao edital interno de bolsas de ensino do *campus* e a seleção de bolsistas, concluindo com a constituição do secretariado do referido ano letivo.

Figura 2. Linha do tempo com as ações do projeto (IFMUNdi, 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, são realizados encontros formativos do secretariado, com o estudo de tópicos pertinentes à geopolítica e à educação em direitos humanos, e constituídas as três comissões que viabilizam os exercícios de simulação: a) a comissão de formação, responsável por produzir o material didático para os participantes e pela promoção dos espaços de estudos; b) a comissão de evento, centrada na organização dos preparativos do exercício de simulação (voltando-se para questões relativas a inscrições, espaço físico, cerimônia de abertura e encerramento, emissão de certificados, listas de presença, etc.); e c) a comissão de comunicação, cujo foco é produzir material e divulgar as atividades do projeto (Figura 3).

Figura 3. Grupos de trabalho do secretariado (IFMUNdi, 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

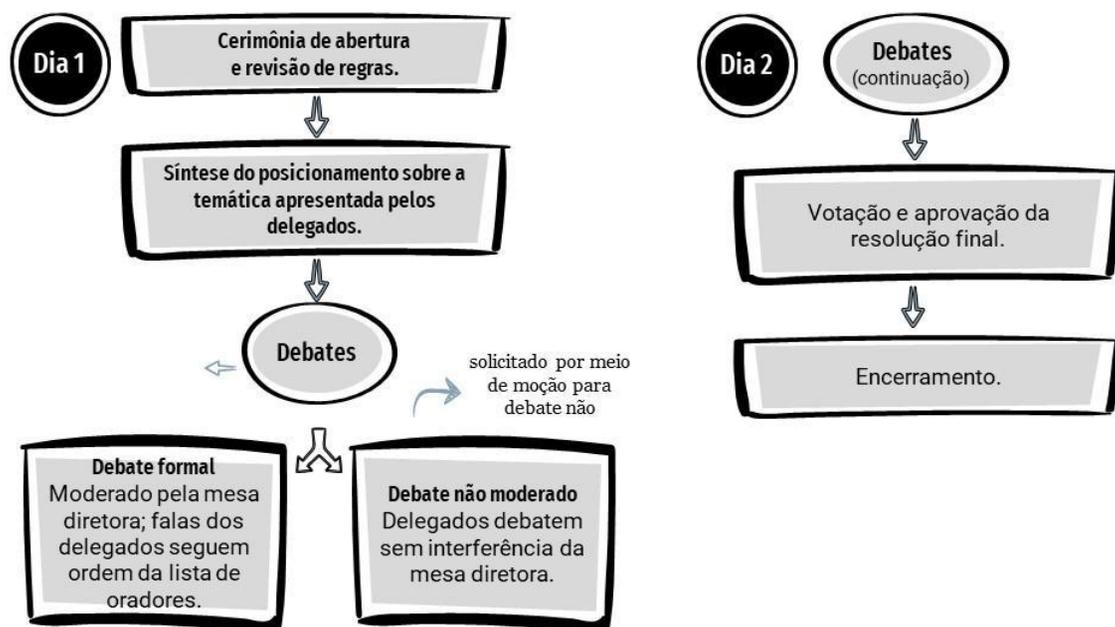
Depois das formações iniciais do secretariado e de sua organização em comissões, os esforços são direcionados para a definição da temática e do órgão a ser simulado, um dos primeiros passos para fomentar o engajamento discente. Para definir a problemática a ser debatida, o secretariado discute tópicos em evidência no momento, seleciona alguns e submete-os à votação entre os estudantes do *campus*. Essa consulta é realizada por meio de um formulário *on-line* divulgado nas redes sociais Instagram e Twitter, por *e-mail* e presencialmente, nas dependências do *campus*. Na edição de 2019, a consulta *on-line* contou com 252 votos, sendo que 39% dos respondentes escolheram as mudanças climáticas como problemática a ser debatida no fórum global, 32% o direito à privacidade na era digital e 29% os blocos econômicos. Já no fórum local, as 131 respostas distribuíram-se entre quatro tópicos previamente definidos pelo secretariado: sistema carcerário brasileiro (42%), investimento em educação, ciência e tecnologia (35%), reforma da previdência (35%), e meio ambiente, preservação e floresta amazônica (1%).

A partir do resultado da consulta pública, o secretariado define o tema e o órgão a ser simulado. A comissão formativa passa a se dedicar, em seguida, à escrita dos materiais

de estudos, com textos didáticos que subsidiarão a atuação de delegados e jornalistas. Enquanto isso, a comissão de eventos abre o período de inscrição direcionado aos estudantes interessados em participar das simulações. Aqui há um amplo processo de divulgação em meios físicos (como cartazes espalhados pelo *campus*) e digitais (nas redes sociais, por *e-mail* e notícias na página eletrônica do *campus*), organizado pela comissão de comunicação. A inscrição é feita por meio de formulário, de forma presencial e *on-line*, no qual os interessados indicam sua preferência em participar como delegados ou como membros das agências de comunicação.

Antes da simulação, são promovidas: a) atividades formativas (como palestras e oficinas, abertas ao público), que discutam o tema e o órgão simulado; e b) uma aula, voltada aos inscritos, para repassar as regras da simulação.

Figura 4. Síntese do formato das sessões de simulação (IFMUNDi, 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

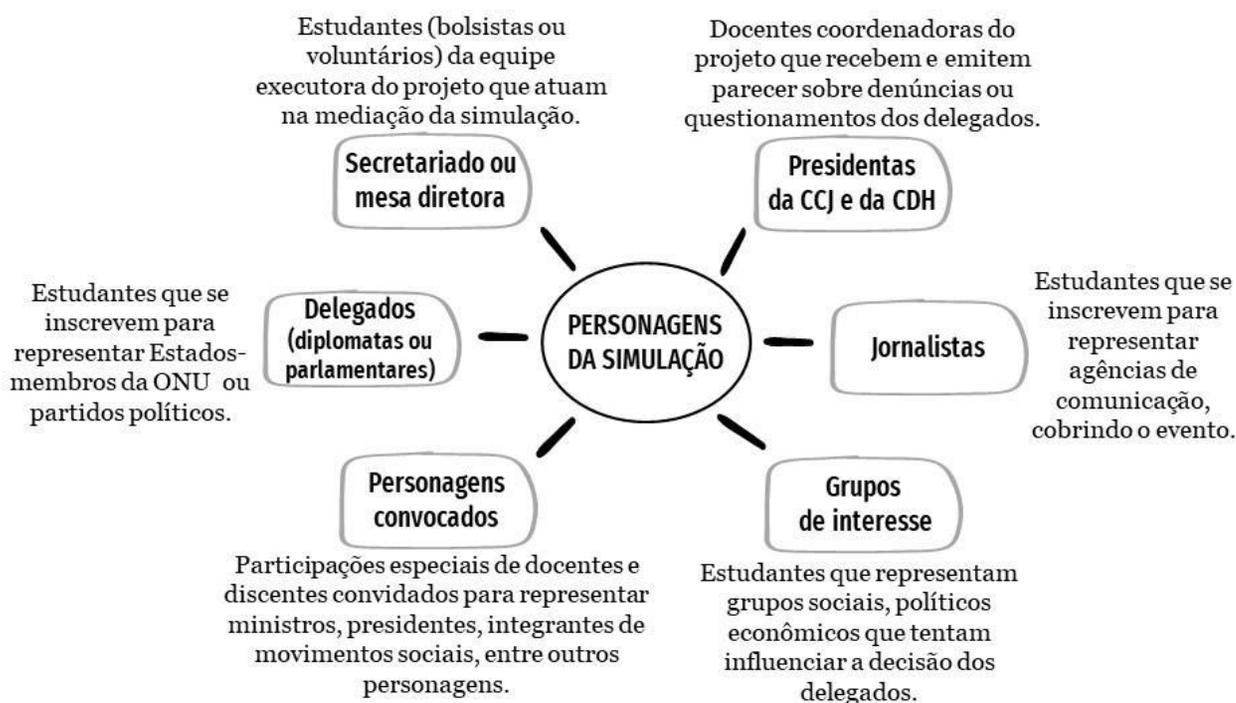
Os exercícios de simulação duram dois dias, divididos em oito sessões com diferentes formatos, temas e objetivos (Figura 4). Os debates que ocorrem durante o evento, por exemplo, podem ser formais ou não moderados. Os primeiros são intermediados pela mesa diretora formada pelo secretariado, responsável tanto por assegurar que

o pronunciamento dos participantes siga o tema proposto para a sessão, quanto por organizar a ordem e o tempo de fala e por computar votos e quórum em momentos de deliberação. Também cabe à mesa fiscalizar a conduta dos delegados. Já nos debates não moderados, os participantes articulam acordos sem a interferência da mesa diretora. Além disso, nesses momentos, a imprensa pode realizar entrevistas e os grupos de interesse têm liberdade para entrar em contato com os delegados para tentar influenciar a decisão deles. Os participantes dispõem, ainda, de ferramentas (como a moção para debate não moderado) para alterar o andamento da seção, previstas no “Guia de regras”.

3.2. Atores

As simulações são compostas por diferentes personagens, cada um com um papel específico. Três deles estiveram presentes em todas as edições do projeto: a mesa diretora (composta pelo secretariado), os diplomatas, chefes de Estado ou parlamentares (representados por discentes que se inscrevem para a simulação) e os jornalistas de órgãos da imprensa (encenados por estudantes inscritos no exercício) (Figura 5).

Figura 5. Personagens das simulações (IFMUNDi, 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Além dessas personagens, a edição de 2019 incorporou os grupos de interesse, compostos por cerca de 60 estudantes que atuaram no evento como novos personagens propostos por um dos professores da área técnica de Administração do *campus*, o qual estabeleceu uma conexão inovadora entre os conteúdos de ensino de seu componente curricular e as simulações. Nesse sentido, o professor transformou as simulações em uma das atividades de suas aulas, criando pontes entre elas e conceitos e teorias – como governança e análise de conjuntura – previstos no plano de ensino da disciplina de Teoria Geral da Administração. Assim, os estudantes de duas turmas do primeiro ano do ensino secundário integrado com o técnico-profissional foram organizados em grupos de interesse que passaram a participar das simulações como personagens, de diferentes setores, que fizeram pressão sobre os delegados (com protestos, petições, cartas enviadas aos delegados, depoimentos à imprensa) para que considerassem suas demandas na tomada de decisão.

A edição de 2019 do IFMUNdi também envolveu estudantes e docentes que tiveram participação mais pontual, representando membros dos poderes Executivo e Legislativo ou da sociedade civil, convocados para prestar esclarecimentos. Essas “aparições” movimentaram significativamente o plenário e se transformaram em um elemento propulsor para as discussões. É preciso lembrar que a simulação se estende por dois dias consecutivos, no período da manhã e da tarde, com os estudantes concentrados em um auditório, o que pode se tornar cansativo. Por isso, essas inovações foram importantes no sentido de manter o engajamento deles. As jornalistas também tiveram um papel relevante para descontrair as sessões, na medida em que foram abertos momentos para “coletivas de imprensa”: nelas, alguns delegados eram convidados a dar sua opinião sobre o andamento das discussões ou sobre o seu posicionamento com relação ao tópico debatido. Quase todos esses momentos de intervenção dos grupos de interesse, de coletivas de imprensa e com convidados externos estavam previstos pelo secretariado e alocados na agenda das sessões. Alguns, porém, foram mais espontâneos; por exemplo, quando um delegado pedia uma audiência com um ministro e o secretariado se movimentava para enviar um representante, fosse membro da própria equipe ou outro estudante ou docente que estivesse disponível.

Por fim, as professoras coordenadoras do projeto representaram as presidentas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Direitos Humanos (CDH), instituídas na simulação do Senado Federal para preencher uma lacuna referente às demandas dos delegados quanto à atuação de seus colegas. Eles são fiéis ao posicionamento dos Estados ou partidos políticos representados ou simplesmente expõem suas opiniões pessoais? Estão respeitando os direitos humanos? Podem fazer tal colocação nesse momento? Esses eram questionamentos correntes aos quais a mesa diretora nem sempre conseguia dar resposta imediata. Por isso, a CCJ e a CDH (ambas comissões permanentes da atividade legislativa brasileira em âmbito federal) passaram a receber, por escrito, os questionamentos ou denúncias dos delegados e a emitir um breve parecer, lido pela mesa diretora.

3.3. Espaços formativos e informativos

Com o objetivo de qualificar a participação do secretariado e dos demais estudantes nas simulações, foram criados espaços formativos (de aprofundamento metodológico, teórico e conceitual) e informativos (de compartilhamento de informações práticas para subsidiar a atuação nas simulações), focados em diferentes públicos (secretariado, comunidade acadêmica em geral e delegados).

Um dos espaços formativos foi denominado “Comitê de Estudos Estratégicos”, direcionado ao secretariado. Nele, discutiu-se o funcionamento dos organismos simulados. Assim, no primeiro semestre, os estudos voltaram-se para a ONU, no que diz respeito aos antecedentes históricos de sua criação, à sua estrutura de funcionamento e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (Quadro 1).

Quadro 1. Sessões de estudos sobre as Nações Unidas organizadas pelo secretariado no âmbito do Comitê de Estudos Estratégicos (IFMUNdi 2019)

Subtema	Metodologia	Dinâmica de sistematização e socialização
Antecedentes históricos	<p>1.º Leitura de “A esfera pública: o comum” (Arendt, 2007) e do artigo “A boçalidade do mal” (Brum, 2015).</p> <p>2.º Análise fílmica de produções sobre: a) a ascensão de ideias e práticas totalitárias (filme <i>A onda</i>); b) os horrores da Segunda Guerra (<i>A lista de Schindler</i> e <i>Katyn</i>); c) a banalidade do mal (<i>A secretária de Hitler</i> e <i>Hannah Arendt</i>); d) a ação do governo brasileiro durante a guerra (<i>Olga</i>) e os tribunais militares no pós-guerra (<i>O julgamento de Nuremberg</i>).</p>	Cada estudante apresenta sua leitura sobre um filme (precedida da exibição do <i>trailer</i>) e a relação dele com os textos lidos para subsidiar a discussão coletiva. Síntese sistematizada em um arquivo único no formato de <i>slides</i> compartilhados.
Principais órgãos	Análise do organograma do sistema das Nações Unidas (2011) e pesquisa bibliográfica.	Cada estudante apresenta um dos órgãos da ONU (identificando seus órgãos subsidiários, escopo de atuação, composição etc.). Síntese sistematizada em um arquivo único no formato de <i>slides</i> compartilhados.
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Leitura da <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i> (ONU, 2009), de 1948.	Produção de cartazes com uma síntese do documento para o uso nas simulações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No segundo semestre, quando seria simulada uma sessão do Senado, o Comitê de Estudos Estratégicos dedicou-se a entender o seu funcionamento, o que abarcou um mapeamento da constituição dessa casa legislativa, considerando o espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros representados e sua distribuição pelas Unidades da Federação, bem como seu regimento interno. Para tanto, utilizou dinâmicas e materiais diversificados (Quadro 2). Além da ampliação do repertório conceitual, esse espaço facilitou a tomada de decisão do secretariado: promoveu o entendimento da estrutura das Nações Unidas e do Senado e subsidiou a adaptação dessas estruturas à realidade do *campus*.

Quadro 2. Sessões de estudos sobre o Senado organizadas pelo secretariado no âmbito do Comitê de Estudos Estratégicos (IFMUNdi, 2019)

Subtema	Metodologia	Dinâmica de sistematização e socialização
Partidos políticos brasileiros	Pesquisa bibliográfica sobre os partidos políticos brasileiros e sua localização no espectro ideológico esquerda/direita.	Síntese, em <i>slide</i> compartilhado, e análise coletiva. Concomitantemente à socialização dos estudos, foi sendo definida a representação partidária e por estado/região que seria adotada na simulação.
Composição do Senado (2019)	Coleta de dados, no Senado, sobre os partidos políticos com senadores eleitos, em exercício no ano de 2019, por estado.	
Regimento interno	Leitura, com destaque para as seções sobre a composição da mesa, sessões, proposições e votações.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um segundo espaço formativo envolveu a temática ambiental do fórum global e aspectos relacionados às simulações. Assim, uma série de oficinas e palestras, contando com pesquisadores e profissionais da área, abordou temáticas associadas à simulação, a saber: a) sistema internacional de proteção dos direitos humanos, com a participação de uma doutora em estudos estratégicos internacionais; b) jornalismo ambiental e internacional no contexto político contemporâneo, dialogando com duas jornalistas (uma delas mestre em Relações Internacionais) com experiência no estudo e na cobertura de eventos nacionais e internacionais na área ambiental; c) estratégias de mediação e negociação, com uma especialista em mediação de conflitos, doutora em Direito; d) energias renováveis e transformação de lixo em energia, com um grupo de docentes e discentes de Engenharia de Gestão de Energia da UFRGS; e, por fim, e) uma atividade para a criação de cartazes para as simulações, mediada pelo secretariado.

É preciso registrar que as reuniões da primeira rodada do Comitê de Estudos Estratégicos (Quadro 1) foram abertas ao público. Apesar de amplamente divulgadas (nas redes sociais e, presencialmente, nas salas de aula), não houve adesão dos estudantes do *campus*. Para o secretariado, esse suposto desinteresse apresentou-se como um possível indicativo da falta de disposição dos alunos para se engajarem em espaços de estudos e, quem sabe, nas próprias simulações. O fato, porém, não foi um impeditivo para a

continuidade dessas ações. Ao contrário, as reuniões do Comitê de Estudos Estratégicos tornaram-se tão produtivas que resultaram na organização das oficinas preparatórias, abertas para o público em geral e não apenas para os inscritos nas simulações. Como evidencia a Tabela 1, 217 pessoas, entre discentes e servidores do *campus*, participaram das atividades. Essa adesão foi significativa, ainda que nem sempre espontânea, pois alguns docentes transformaram as palestras e oficinas em atividades de seus horários de aula. De qualquer forma, houve, já no início do projeto, uma tomada de consciência do secretariado de que a participação não seria necessariamente alta, tornando necessárias estratégias para fomentar o engajamento nas simulações.

Tabela 1. Atividades preparatórias para a simulação, segundo temas e quantidade de participantes (IFMUNdi, 2019)

Temas	Quantidade de participantes
Palestra: Sistema internacional de proteção dos direitos humanos	16
Palestra: Jornalismo ambiental e internacional no atual contexto político	47
Oficina: Estratégias de mediação e negociação	92
Oficina: Energias renováveis e como transformar lixo em energia	62
Oficina: Criação de cartazes sobre energias renováveis	8
Total de participantes	217

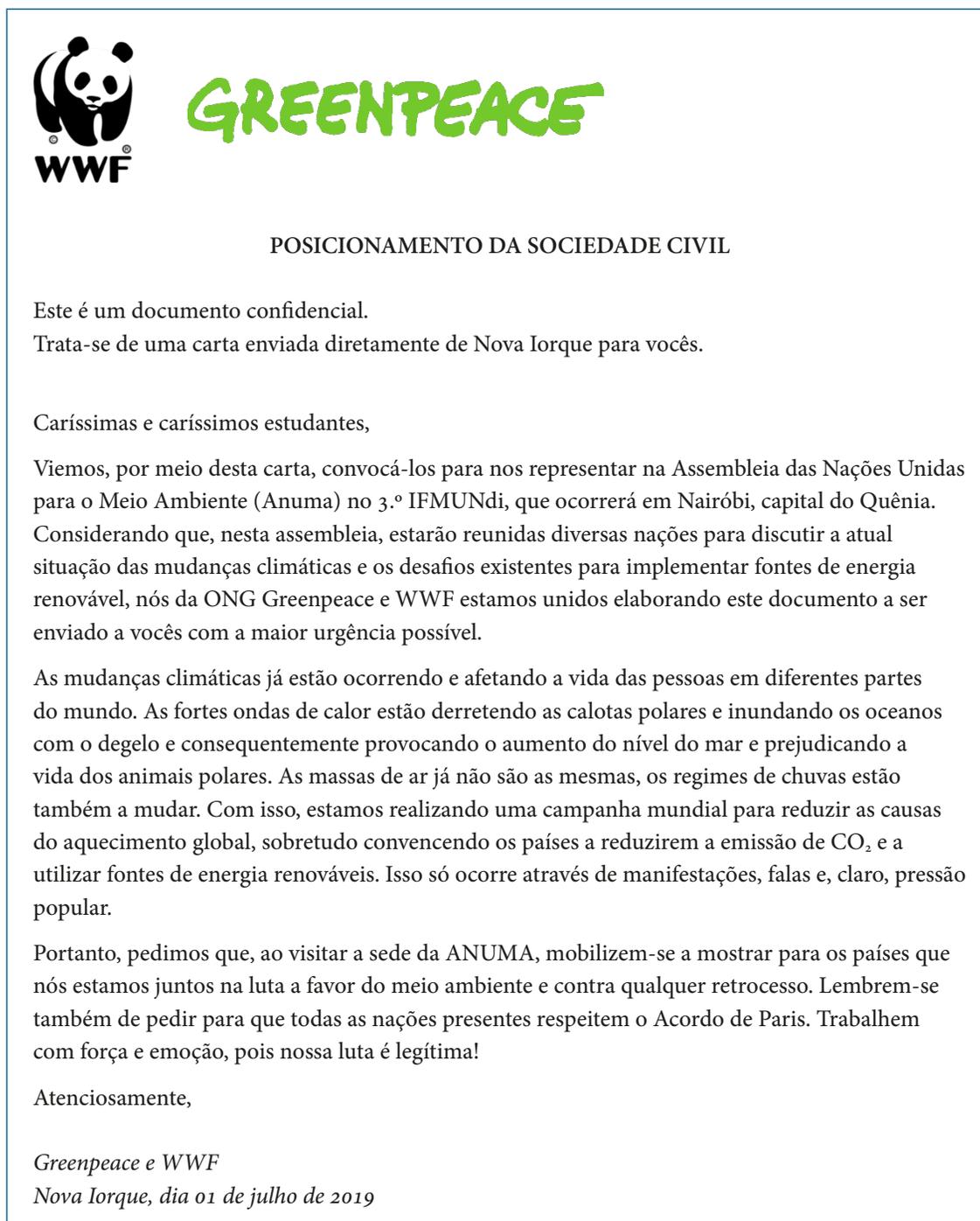
Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, antes de cada simulação, há um “aulão”. Nele, o secretariado apresenta para os estudantes inscritos o fluxo dos debates e as regras da simulação, bem como o posicionamento que deve ser defendido, de acordo com os agentes representados. No aulão do fórum local, além das regras da simulação, foi apresentada uma introdução ao espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros e, ao final, promovida uma dinâmica em que os participantes deveriam criar dez leis essenciais para uma cidade hipotética. Os inscritos como jornalistas, por seu turno, criaram redes sociais, referentes aos veículos de mídia que iriam simular.

3.4. Materiais

Os materiais escritos que subsidiam a atuação dos delegados e jornalistas foram, inicialmente, inspirados na estrutura utilizada pela equipe de outro MUN, o UFRGSMUNDI (2018), dividindo-se em um “Guia de estudos” e um “Guia de regras”. O primeiro contém uma introdução ao posicionamento dos Estados ou partidos políticos, bem como dos veículos de comunicação. Engloba, ainda, a educação em direitos humanos, tentando, por um lado, fornecer informações referentes ao contexto histórico das discussões e, por outro, contemplar os diferentes aspectos ideológicos, fornecendo subsídios para os estudantes construírem o posicionamento dos atores que representam. Já o “Guia de regras” contém especificações sobre: a) as dinâmicas das sessões de debate; b) os documentos que devem ser elaborados pelos representantes dos Estados-membros da ONU ou parlamentares; c) o código de conduta a ser seguido por delegados, jornalistas e mediadores; além de d) especificações sobre as inscrições. Entre as regras da simulação, é pertinente mencionar a exigência do decoro diplomático dos participantes: desde a obrigatória utilização de ferramentas formais de expressão como “ponto de ordem” (utilizado com a finalidade de propiciar o contato direto dos delegados com a mesa diretora) até o tempo de argumentação cronometrado. Outro aspecto diz respeito à penalização dos delegados devido à falta de decoro e a outras infrações, penalizações promulgadas pela mesa diretora que podem incluir a suspensão da participação do delegado na sessão por um determinado período de tempo (por alguns minutos ou mesmo por sessões inteiras), dependendo do ocorrido. Cabe ainda citar as “Cartas de posicionamento”, outro material auxiliar na preparação dos participantes. Seu objetivo é orientar, de maneira específica e sintética, as perspectivas que devem ser adotadas pelos jornalistas, grupos de interesse, senadores, diplomatas ou chefes de Estado nas simulações. No “aulão” preparatório para a simulação, cada inscrito recebe a carta de posicionamento específica do personagem que irá representar. Trata-se, assim, do ponto-chave para a adesão do estudante à simulação, em que a ênfase às demandas das organizações deve sobressair à interpretação pessoal (Figura 6).

Figura 6. Exemplo de carta de posicionamento elaborada pelo secretariado para a simulação da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (IFMUNdi, 2019)



Fonte: Acervo do projeto IFMUNdi.

Todos esses materiais são planejados e redigidos pelos estudantes que fazem parte do secretariado, após um processo de pesquisa sobre os tópicos abordados.

3.5. Resultados

A simulação da Assembleia do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Anuma) teve como tema “Os desafios para a implementação de energias renováveis”, em um encontro, figurativamente realizado em Nairóbi, sede do referido órgão da ONU. Nele foram estabelecidos subtópicos para as sessões de debate sobre: a) as relações comerciais e os acordos do clima; b) os direitos humanos e a exploração energética; c) o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. No total, 28 estudantes se inscreveram para desempenhar o papel de diplomatas e jornalistas, em um universo de 469 matriculados no ensino médio integrado com o técnico do *campus* à época, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2020). Se somados os 60 estudantes que atuaram nos grupos de interesse, o percentual de participação alcançou 18,8% do corpo discente. Além dos participantes “ativos”, os eventos são abertos para ouvintes, e comumente há uma plateia acompanhando os debates.

Os delegados defenderam as aspirações de 13 países – Alemanha, Angola, Brasil, Canadá, China, Emirados Árabes, Estados Unidos da América, França, Índia, Japão, Reino Unido, Rússia e Sudão do Sul – selecionados pelo secretariado, tendo como critérios a representação de diferentes continentes e os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Ademais, jornalistas e grupos de interesse também compuseram a simulação. Os primeiros foram responsáveis pela produção de notícias fundamentadas em posicionamentos de quatro veículos da imprensa, escolhidos de forma a interpretar diferentes meios de comunicação, de grandes redes a veículos alternativos: Mídia Ninja, do Brasil; People’s Daily, da China; BBC, do Reino Unido; e Al Jazeera, do Catar. Quanto aos representantes de grupos de interesse, promoveram manifestações atreladas aos interesses econômicos, políticos e sociais da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Anistia Internacional, da Associação Americana da Indústria Automotiva, da Associação de Mineradoras do Canadá e do Greenpeace. Assim, durante os dois dias de debates, os estudantes atuaram como representantes de diferentes Estados-nação, defendendo, muitas vezes, posicionamentos divergentes dos seus próprios. Protagonizaram discussões sobre uma temática atual, aliando a diplomacia necessária para resoluções de problemas com seu entusiasmo. Ao final do fórum global, foi elaborado um documento com 12 emendas relacionadas ao investimento em pesquisas sobre energias renováveis, preservação de

floresta nativa, compromisso com a diminuição no uso de energias não renováveis, responsabilidade com os desastres ambientais e incentivo à utilização de energias renováveis.

No fórum local, foi simulado o Senado Federal brasileiro, já à época marcado por uma forte onda conservadora (Almeida, 2019). Dentro do assunto principal – “Segurança pública: o sistema carcerário brasileiro” – ocorreram as seguintes discussões: a) a estrutura e as condições do sistema carcerário brasileiro; b) gastos com segurança pública e novas alternativas; c) o perfil dos presidiários; d) a maioria penal e o cumprimento das penas; e) a reinserção da população carcerária na sociedade; f) o papel do Estado e os índices de segurança. Tais temas foram divididos em oito sessões, sendo a primeira reservada para a apresentação dos senadores, a segunda para a exposição, pelo ministro da Justiça (representado por um docente), de um projeto de lei sobre o assunto, e a última para a votação e a elaboração da resolução final.

Com a participação de 27 alunos como senadoras e senadores, foi possível garantir a representação de todas as Unidades Federativas do Brasil (26 estados e um Distrito Federal), mas não de todos os partidos (que giram em torno de 30 legendas). Por isso, o secretariado selecionou, ainda durante os Comitês de Estudos Estratégicos, alguns partidos com maior número de senadores eleitos, em exercício em 2019, e tentou reproduzir esse percentual na simulação, inclusive para explicitar o jogo de forças existentes. Os seguintes partidos tiveram representação: Cidadania, Democratas, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Liberal (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Liberal (PSL), Partido Progressista (PP), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido dos Trabalhadores (PT) e Rede Sustentabilidade (Rede). Cinco estudantes participaram da imprensa, representando três jornais nacionais: *Globo*, *R7* e *The Intercept Brasil*. Outros 60 integraram os grupos de interesse, compostos por governadores dos estados, Pastoral Carcerária, Movimento Negro, Associação Brasileira de Empresas Especializadas na Prestação de Serviços a Presídios e o Conselho Federal da Organização dos Advogados do Brasil. Participaram, ainda, das sessões temáticas, figuras públicas relevantes para o fluxo do debate, entre elas a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,

o então ministro da Justiça, a parlamentar Manuela d'Ávila (do Partido Comunista do Brasil) e o vice-presidente da República, além das presidentas da CCJ e da CDH.

Ao longo do evento, os participantes representaram senadores e consolidaram acordos e resoluções, elaborando um projeto de lei com dez artigos e cinco capítulos. O projeto, denominado “Lei da moralidade criminal: reforma no sistema prisional”, explicitou o espectro ideológico hegemônico do Senado de 2019, prevendo, por exemplo, a privatização do sistema carcerário, ao mesmo tempo em que salientou as vozes dissonantes a ele por parte de alguns partidos e dos grupos de interesse. Aqui cabe sublinhar que as simulações envolvem um exercício, por parte dos delegados, de representação de determinados atores políticos na conjuntura política do momento simulado e não de seu ponto de vista individual, o que não significa um entrave para o desenvolvimento do pensamento crítico e democrático. Ao contrário, os estudantes passam a pesquisar, a visualizar o jogo de forças da arena política e a entender os diferentes posicionamentos políticos, tornando suas análises (favoráveis ou críticas a eles) mais fundamentadas.

4. Considerações finais

Os Modelos das Nações Unidas, para além do contato com tópicos da agenda política local e global, estruturam espaços formativos protagonizados por estudantes que seguem os rituais democráticos, possibilitando a expressão do dissenso, a discussão em mesas de negociação, a tomada de decisão – por consenso ou por votação – e a sistematização de recomendações e/ou decisões. Neles, teoria e prática se encontram, incentivando a reflexão e a busca coletiva de alternativas para dilemas do passado e do presente.

Entre as vantagens pedagógicas desses exercícios, ressalta-se a exposição de ideias no espaço escolar e acadêmico. Do mesmo modo, o estímulo à resolução de problemas, a partir de debates formais, familiariza os estudantes com esferas deliberativas das quais participam ou podem vir a participar. Nesse aspecto, vale frisar que, no Brasil, o cidadão com 16 anos já é considerado apto para votar nas eleições e pode, inclusive, candidatar-se a cargos do poder Legislativo (como o de vereador) aos 18 anos. Em termos de desenvolvimento de habilidades, o potencial das simulações assenta-se no exercício da retórica, da escrita (incluindo a produção de sínteses, resoluções e pareceres), da

negociação e, sobretudo, da construção e da desconstrução de argumentos. No caso do projeto apresentado neste artigo, tem também se entrelaçado a profissionais dispostos a construir tal formação, a exemplo das oficinas preparatórias da edição de 2019. Este relato é uma tentativa de sistematizar tal experiência que, ano a ano, a despeito das continuidades e do fortalecimento dos vínculos com a comunidade escolar e acadêmica, preserva o caráter experimental e criativo de inovar nos diálogos interdisciplinares e nas práticas democráticas.

Financiamento

Programa Institucional de Bolsas de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e Programa de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Referências bibliográficas

- Almeida, R. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, 38(1), 185-213. <https://doi.org/10.25091/So1013300201900010010>
- Apple, M. (2017). A luta pela democracia na educação crítica. *Revista E-Curriculum*, 15(4), 894-926. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p894-926>
- Aquino, J., & Boto, C. (2019). Inovação pedagógica: um novo-antigo imperativo. *Educação, Sociedade & Culturas*, (55), 13-20. <https://doi.org/10.34626/esc.vi55.36>
- Arendt, H. (2001). A crise na educação. In: *Entre o passado e o futuro* (pp. 221-247). São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, H. (2007). A esfera pública: o comum. In: *A condição humana* (pp. 59-68). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil (2020). *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: PNP 2020 (ano base 2019)*. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília: Ministério da Educação <https://public.tableau.com/app/profile/cgpg/viz/PNP2020-AnoBase2019/Capa>
- Brasil. (2008). Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Diário da União*. Brasília.
- Brum, E. (2015). A boçalidade do mal. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2020). Sabes o que são os Modelos Nações Unidas? <https://unric.org/pt/sabes-o-que-sao-os-modelos-nacoes-unidas/>

- Fielding, M. (2018). Democracia radical y la voz del alumnado en escuelas de secundaria. *Voces de la Educación*, número especial, 28-42.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2005). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez.
- Fundação Alexandre Gusmão (2020). Cursos de Relações Internacionais. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/cursos-de-relacoes-internacionais>
- Gansel, D. (Diretor) (2008). *A Onda*. Constantin Film.
- Heller, A., & Schmiderer, O. (Diretores) (2002). *Eu fui a secretária de Hitler*. Vudu.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Campus Osório (2015). *Projeto Pedagógico: curso técnico em Administração integrado ao ensino médio*. IFRS https://osorio.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201710684831636ppc_administracao_-_emi.pdf
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Campus Osório (2017). *Resolução n.º 10, de 18 de maio de 2017: regulamentação das atividades complementares do ensino médio integrado*. IFRS. https://drive.google.com/file/d/1ZzWddVHokuEooE9vMS-i_zxygdx3XjhI/view
- Monjardim, J. (Diretor) (2004). *Olga*. Nexus Cinema.
- Neuhold, R., & Bitencourt, I. (2021). Vivências no ensino médio inspiradas nos Modelos das Nações Unidas: o Comitê de Extensão e Preparação para fóruns do IFMUNDi. *Vivências*, 17(33), 213-227. <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i33.463>
- Neuhold, R., Bitencourt, I., Silva, V., & Pacheco, V. (2021). A simulação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 no contexto da pandemia da Covid-19: a adaptação de um projeto de ensino e extensão ao formato remoto. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense*, 8(16), 118-131. <https://doi.org/10.21166/rext.v8i16.2181>
- Neuhold, R. dos R., & Pozzer, M. R. O. (2022). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as vectors of regional development. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4646>
- Organização das Nações Unidas (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2006). *Programa mundial para a educação em direitos humanos*. http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf
- Organização das Nações Unidas. Departamento de Informação Pública (2011). O sistema das Nações Unidas. <https://nacoesunidas.org/organismos/organograma>
- Pacheco, E. (2010). *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. IFRN.
- Senado Federal (2020b). Senadores em exercício. Senado Federal. <https://www25.senado.leg.br/web/senadores>

- Simoneau, Y. (Diretor) (2000). *O julgamento de Nuremberg*. Warner Bros. Entertainment.
- Souza, R. (2006). *O discurso do protagonismo juvenil* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese_regina.pdf
- Spielberg, S. (Diretor) (1993). *A Lista de Schindler*. Universal Pictures.
- Trotta, M. (Diretora) (2012). *Hannah Arendt*. Heimatfilm.
- United Nations. (2021). *Model United Nations*. <https://www.un.org/en/mun>
- Universidade de Brasília (2019). *Americas Model United Nations*. <https://www.amun.org.br/about-us>
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2018). *Guia de regras*. Editora UFRGS.
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2019). *Guia de estudos*. Editora UFRGS.
- Wajda, A. (Diretor) (2007). *Katyn*. ITI Cinema.
- Wisemee. (s.d.). *The history of the first MUN: one small step for MUN*. <https://www.wisemee.com/history-of-the-first-mun/>

Article received on 31/08/2022 and accepted on 03/10/2022.

Creative Commons Attribution License | This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY). The use, distribution or reproduction in other forums is permitted, provided the original author(s) and the copyright owner(s) are credited and that the original publication in this journal is cited, in accordance with accepted academic practice. No use, distribution or reproduction is permitted which does not comply with these terms.